



REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Medidas para mitigar os efeitos da exploração da pedreira localizada em Pinheiro da Bemposta, concelho de Oliveira de Azeméis

Destinatário: Ministério do Ambiente

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda teve conhecimento da existência de um pedido de autorização feito à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, para o início de exploração, nesta freguesia, de uma nova pedreira.

Há que referir que no território do Pinheiro da Bemposta já está em funcionamento uma pedreira.

No início deste ano uma comissão da Assembleia de Freguesia esteve no local onde já está instalada esta pedreira (e onde poderia vir a ser instalada uma segunda unidade), contactando com a população que ali vive. Nessa visita foi possível recolher queixas dos moradores e detetar inúmeras medidas que devem ser adotadas, de forma a mitigar os efeitos da exploração da pedreira na população envolvente.

Tendo em conta que neste local existem várias casas e residem muitas pessoas, e tendo em conta ainda que o funcionamento e exploração de uma pedreira nunca é inócua para a qualidade de vida e para a saúde das pessoas que vivem junto à mesma, o Bloco de Esquerda considera que não deve ser autorizada a instalação de mais nenhuma pedreira. Mas, mais do que isso, o Bloco de Esquerda considera que o Governo, através do Ministério do Ambiente, e a autarquia local devem obrigar a que a atual pedreira (em funcionamento) aplique uma série de medidas para reduzir o impacto da sua atividade.

As explosões e rebentamentos efetuados na pedreira têm um impacto grande nas populações e habitações circundantes; as areias e massa de betão betuminoso depositadas na pedreira são transportadas pelo vento, depositam-se nas casas e são inaladas pela população; os acessos à pedreira não têm bermas nem formas de escoar as águas pluviais, pelo que quando chove, o pó de pedra e as lamas descem pela rua e entram pelas habitações.

Estes são apenas alguns aspetos que mereceram queixa por parte dos moradores.

É importante que sejam tomadas medidas para que a atividade desta pedreira não coloque em risco a saúde e a qualidade de vida das pessoas que vivem nesta zona, pelo que consideramos que a empresa deve adotar medidas para reduzir o impacto dos rebentamentos, deve criar condições para o armazenamento das areias, do betuminoso e da pedra transformada no local, deve criar uma barreira



arbórea, protegendo as populações das areias que são levadas pelo vento, e deve intervir e melhorar os espaços circundantes, em particular as estradas de acesso à pedreira, evitando as escorrências de águas e de lamas.

Tendo em conta a situação que aqui se relata, é imperativo que o Governo atue, de forma a que se implementem estas e outras medidas que se achem pertinentes. Só assim se salvaguardará os interesses, a saúde e a qualidade de vida da população.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente, as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento da atividade desta pedreira, localizada na antiga freguesia do Pinheiro da Bemposta (atualmente União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz)?
2. Tem conhecimento da intenção da instalação e exploração de uma segunda pedreira no local?
3. Tendo em conta os impactos negativos que a atividade da atual pedreira tem para a população vizinha, vai o Governo atuar de forma a que sejam implementadas medidas para mitigar o impacto dessa atividade?
4. Que medidas serão recomendadas para diminuir o efeito dos rebentamentos, para evitar a exposição das pessoas a areias, pó de pedra e betuminoso que é arrastado pelo vento?
5. Que medidas serão ainda tomadas para a criação de uma barreira arbórea e para a requalificação da envolvente e zonas de acesso à pedreira, de forma a evitar escorrências e transferências de partículas?

Palácio de São Bento, 21 de janeiro de 2018.

**O deputado,
Moisés Ferreira**